



## **Animação, Património e Território: a Animação Artística ao serviço da Comunidade**

**Maria Madalena Amaral Veiga Leitão**

Escola Superior de Educação de Castelo Branco

**Joana Margarida Pires Lopes**

Mestranda na Escola Superior de Educação de Castelo Branco

### **Resumo**

O Património Cultural, como história individual e coletiva, tem de ser valorizado pelas populações locais, na medida em que corresponde ao seu universo identitário.

Neste artigo, defendemos ser fundamental, para uma verdadeira dinamização do Património local, que a comunidade conheça e reconheça o valor dessa herança cultural, a fim de a poder rentabilizar como recurso de desenvolvimento.

Consideramos, igualmente, que a Animação Artística, enquanto forma de intervenção num território, num trabalho efetivo e prolongado numa comunidade, promove a força desse património, desafia mentalidades, explora projetos de interação, incentiva a aceitação da diversidade, cria o novo, acolhendo o antigo.

Quando se estabelece a relação entre um Património herdado e um Património que se vai construindo, quando se favorece a animação e a educação artísticas, no diálogo entre o fazer expressivo-artístico e outras culturas, artes e estéticas, projetos diversificados podem e devem estruturar-se. Estes projetos permitem tornar presente a tradição, desbloquear os limites dos processos criativos e capacitar a população para ser agente do seu próprio desenvolvimento, propondo, deste modo, alternativas à cultura massificada e à imposição de uma monocultura à escala global.

Este artigo visa refletir sobre esta problemática e acentuar que a riqueza cultural de uma comunidade não pode medir-se pelo valor económico imediato que ela produz, mas terá que ser encarada como investimento de futuro, seja no direito das novas gerações a usufruir orgulhosamente do seu património, seja no disponibilizar de novas condições para o bem-estar das populações, seja no atrair de novos visitantes, seja no desenvolvimento social e económico gerado, a médio e longo prazos.

**Palavras-chave:** Animação Artística; Património; Educação Patrimonial; Animação Comunitária; Desenvolvimento local.

### **Abstract**

Natural heritage, as individual and collective history, must be valued by local people in the extent that corresponds to their identity universe. On this paper, we argue that, it is essential to a true stimulation of the local heritage, that the community must have some knowledge about it, must recognize the value of their cultural heritage, and bring into their minds its richness, in order to be able to nurture and value it as a place through its diversity as a means of development.

We acknowledge, also, that an artistic dynamic as a process of intervention in a territory, a prolonged and effective work within a community, promotes the strength of that heritage, challenges attitudes, explores interaction-projects among local citizens and other people, encourages acceptance of diversity, and creates the new, embracing the former.

By establishing the relationship between local heritage and the one which is being built, when we favour the artistic dynamics and arts education, in a dialogue between the expressive art-making and other culture expressions, arts and aesthetic, multiple projects can and should be structured. These projects may allow to put the tradition into present, unlock the limits of creative processes and enable people to be agents of their own development, proposing them alternatives which will face and fight against massive culture and against the imposition of a global monoculture.

This paper aims to reflect about these issues, emphasizing that cultural richness of a community cannot be measured by immediate economic value of what it produces, but must be seen as an investment in the future. To entitle the new generations with rights over their ancestral material and immaterial patrimony leads to create pride of their own heritage, and offers possibilities to empathize on new conditions for the welfare of populations. Plus, in attracting new visitors, it will enhance social and economic development that can be only effective when generated in the medium and long term, otherwise all the attempts for changing will rest on the surface.

**Keywords:** Cultural heritage; Artistic dynamics; Patrimonial education; Community development; Local development

## Introdução

Este artigo visa focar dois fatores fundamentais no desenvolvimento local, por um lado as iniciativas artísticas que congregam e põem em confronto experiências e espaços culturais diferenciados e, por outro, as propostas que asseguram a divulgação e a fruição de um determinado espaço com o seu património cultural e natural. Pretende-se com ele arguir duas ideias centrais: 1ª - A Animação Artística, quer na perspectiva de difusão de objetos artísticos, quer numa prática de criação artística, quer numa dominante educativa, tem sempre um papel preponderante na criação de dinamismos culturais que se repercutem direta ou indiretamente no tecido social e económico do território onde exercem a sua acção; 2ª - É necessário haver por parte dos habitantes de um território um reconhecimento da sua própria cultura e da importância da sua preservação, divulgação e inovação, para que a Animação sirva as populações envolvidas e para que se verifique um desenvolvimento sustentado.

Num primeiro momento, procura-se evidenciar as repercussões não só culturais, mas também económico-sociais de eventos de domínio artístico, seja de iniciativas educativas ou de divulgação cultural. Inicialmente, apresentam-se exemplos de festivais nacionais de cariz internacional, para a seguir se situar em iniciativas da região de Castelo Branco. As opiniões nele expressas correspondem aos pontos de vista das autoras sobre as iniciativas que conhecem, algumas delas muito de perto, não querendo com isso subestimar outras organizações que não são referidas no texto.

Num segundo momento, define-se o conceito de património cultural (material e imaterial), tendo, sobretudo, como suporte as declarações da Unesco, pela sua relevância supranacional nesta matéria. Por fim, dá-se conta de um inquérito realizado a alunos do 12º ano de escolaridade, onde se procura saber qual o conhecimento que estes possuem sobre o património cultural e natural da sua zona de residência. Os inquéritos aqui apresentados dizem respeito a uma investigação em curso, no concelho da Sertã (distrito de Castelo Branco), que não é apresentada na sua totalidade, visto que ela faz parte de um trabalho de mestrado em Animação Artística ainda em desenvolvimento. Estes dados foram introduzidos no artigo como forma de realçar a necessidade de uma consciência cultural por parte dos membros de cada comunidade, a fim de poderem ser potenciadores dos valores culturais desse território.

No terceiro ponto, defende-se a proposta de uma Animação centrada no Património como complementar a uma Educação patrimonial, em que as pessoas

pertencentes à comunidade sejam verdadeiros agentes dessa animação e não somente destinatários.

Para concluir, acentua-se a interdependência das duas ideias-chave propostas. Com o recurso a uma Animação Artística portadora de novas dinâmicas culturais e com o reconhecimento pelas populações da importância do Património Cultural e Natural da sua comunidade pode promover-se um desenvolvimento local que tenha em conta as pessoas e os territórios, o individual e o coletivo, a tradição e a inovação, o cultural e o económico.

## **1- As Artes e os recursos culturais enquanto fatores de desenvolvimento local**

Uma das questões que se coloca, muitas vezes, no âmbito do senso comum, é a de que a cultura é dispendiosa e não tem retorno económico. O estudo empreendido por Vogel (2004) à indústria da cultura e do ócio, traz alguns dados importantes para reflexão sobre esta matéria. Há casos em que a rentabilidade das iniciativas culturais é quase imediata, embora noutros casos, nomeadamente nas artes performativas (espetáculos de teatro, dança ou ópera), as despesas com a montagem e pessoal sejam, habitualmente, difíceis de ser recuperadas apenas pela venda dos bilhetes. Não obstante, estas iniciativas podem gerar ganhos colaterais, que não são despidiendos, como seja uma maior ocupação das pensões e hotéis, uma maior frequência na restauração, um aumento de vendas de produtos regionais ou outros que se relacionem com a vinda de outras pessoas à povoação. O apoio das autarquias a este tipo de iniciativas, ou a outras de índole cultural, tem necessariamente repercussões indiretas no tecido social e económico da localidade em que os eventos têm lugar.

Todos conhecemos localidades de pequena dimensão que passaram a fazer parte do itinerário de muitos jovens, só pelo facto de apresentarem festivais de música especiais como, a título de exemplo, é o caso de Vilar de Mouros (*Festival de Vilar de Mouros*) no norte de Portugal, ou a Zambujeira do Mar (*Festival Sudoeste*) na costa alentejana. Outros festivais culturais como, por exemplo, o Festival de Curtas Metragens em Vila do Conde (*Curtas*), ou o de Cinema de Animação (*Cinenima*) em Espinho, conseguiram uma projeção internacional reunindo todos os anos um conjunto de cineastas e cinéfilos, quer nacionais, quer estrangeiros, o que permite outros ganhos presentes e futuros para o turismo nestas regiões e no país. Com uma relevância nacional e internacional, também se situam outros festivais, nomeadamente o *Andanças*,

nascido em Carvalhais (São Pedro do Sul) e os últimos anos em itinerância por outros concelhos (Celorico da Beira – 2012; Castelo de Vide - 2013), que através da dança põe em movimento um festival com preocupações multiculturais e ecológicas, ou o *Boom Festival* em Idanha-a-Nova, para falar de um evento do nosso distrito, que apresenta propostas multidisciplinares e se reivindica de uma cultura alternativa e de sustentabilidade ecológica. Certas propostas artísticas alteram a imagem das localidades e dessa forma atraem turistas à região e ao país (Hughes, 2005).

Em Portugal, e particularmente nas zonas do Interior, tem-se notado, por parte das autarquias, um maior empenho na construção de infraestruturas e equipamentos culturais - criação de centros interpretativos, museus, salas de espetáculo, salas para exposições, entre outros. Com o aumento do nível da escolaridade média da população portuguesa cresceu o interesse pelos espaços de lazer, cultura e convívio, sobretudo da parte dos jovens e da população ativa. A maior apetência por estes espaços influencia as decisões das autarquias no sentido de lhe dar resposta, tanto mais não seja por razões eleitorais.

Todavia, o principal problema que se coloca é que, em muitos casos, os municípios não dispõem de pessoal qualificado para rentabilizar dinamicamente esses espaços físicos, ficando estes, não raras vezes, apenas como espaços de ocupação temporária, sem real aproveitamento pela comunidade.

Não basta, pois, dispor-se de infraestruturas, apesar de estas serem necessárias, é preciso encontrar as pessoas que tenham a formação adequada para a animação e dinamização do respetivo espaço, nomeadamente profissionais licenciados, ou mestres, em Animação Cultural, ou Artística, que poderiam fazer toda a diferença. As suas propostas poderiam ser um meio de manter a população jovem em certas zonas com tendência para o envelhecimento da população, de propor soluções alternativas para a ocupação dos jovens, ou mesmo de poder atrair visitantes exteriores.

No distrito de Castelo Branco, tem vindo a intensificar-se a oferta de Feiras temáticas em pequenas localidades, geralmente centradas em produtos da terra: Feira do Queijo na Soalheira (Fundão) e em Alcains (Castelo Branco), Feira da Melancia no Ladoeiro (Idanha-a-Nova), entre outras. Na generalidade, as feiras têm como objetivo principal atrair visitantes, dar a conhecer e vender produtos, sobretudo os da região. Se bem que esta prática seja uma forma de promover a economia local e a participação das pessoas que aí habitam, realçando as suas atividades e produções, poucas são as que

conseguem ganhar uma dimensão nacional com continuidade de visitantes e muito menos internacional.

De referir, o trabalho desenvolvido pela empresa intermunicipal *NATURTEJO*, que tem dado um bom exemplo de como vários municípios podem cooperar em prol do desenvolvimento de cada um e de todos. Com sede em Idanha-a-Nova, esta empresa é gestora do *GeoPark do Tejo Internacional*, aprovado pela Unesco. Conjugando as propostas de vários municípios, soube aproveitar a situação geoestratégica da região, situada na zona do Tejo Internacional, e divulgar os múltiplos recursos naturais (geológicos, paleontológicos, biológicos e botânicos) e culturais da região (arqueológicos, folclore, rituais religiosos ou profanos, gastronomia, artesanato.). Com uma grande afluência de estrangeiros e nacionais, o *Geopark*, em articulação com diferentes operadores turísticos, tem produzido riqueza para a zona onde se insere, pela vinda de turistas e, por consequência, pela criação e manutenção de certas empresas agropecuárias, de hotelaria, de serviços e de artesanato. É através da sua página que muitas das feiras regionais propostas são divulgadas para o exterior.

Infelizmente, no distrito de Castelo Branco, acabaram projetos artísticos tão inovadores como o *CENTA*, em Vila Velha do Rodão, que trouxe à região um conjunto de artistas plásticos e coreógrafos contemporâneos, já consagrados ou em início de carreira, criando espaços de criação artística experimental e de relação com a população, ou o da grande pianista M<sup>a</sup> João Pires, o *Centro de Estudos das Artes de Belgais*, que para além de ser um lugar onde se apresentavam múltiplos concertos e se promovia o encontro e o ensino entre músicos nacionais e estrangeiros, constituía-se como um laboratório artístico para as crianças, quer através do projeto educativo da Escola da Mata, quer da criação do *Coro Infantil de Belgais*. Este tipo de projetos desenvolve atividades continuadas no território onde se insere, o que é muito importante para as populações que serve.

Cada vez mais se percebe que o desenvolvimento regional passa, necessariamente, pela valorização do Património Cultural da região, pela animação dos seus equipamentos culturais e pelas suas ofertas artísticas, quer de âmbito nacional, ou internacional.

Todavia, cremos ser indispensável ter em conta dois fatores na escolha das propostas culturais: por um lado, uma oferta cultural que responda aos anseios das populações; por outro, atividades que respondam aos interesses de quem se desloca para assistir a algo diferente, ou que não tem possibilidade de vivenciar na sua terra.

Consideramos que realizar eventos situados num espaço sem qualquer ligação com as pessoas que o habitam não é a melhor forma de desenvolvimento cultural de um território e só tem sentido se ela envolver a população e trazer dividendos permanentes à própria comunidade, se essas atividades se repercutirem num trabalho ao longo do ano em escolas, associações ou outras iniciativas locais. Como também não se pode conceber uma intervenção cultural em que a população esteja limitada apenas ao seu património local, sem o contacto com o património de outras culturas (outras visões do mundo, outras vivências...), sem o confronto com o que vai sendo produzido pela contemporaneidade (nas artes e nas outras áreas), bem como sem o questionamento que as práticas artísticas em particular e a cultura em geral colocam ao ser humano, porque essa atitude não promoverá um desenvolvimento local de longo prazo.

Se as Artes podem ser um motor de desenvolvimento cultural, social e económico de uma povoação ou concelho, o Património Cultural e Natural local deve ser a base desse desenvolvimento, quer por questões de identidade, quer por potencialização dos recursos existentes. Assim, no ponto seguinte centrar-nos-emos na problemática do Património.

## **2- O Património Cultural e Natural e a importância da sua valorização pela comunidade**

Em termos legislativos, segundo o nº 1 do artigo 2º da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei nº 107/01 de 8 de Setembro, incluem-se no património cultural “(...) todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.”

Neste sentido, são considerados Património Cultural, bens imóveis, tais como, igrejas, castelos, palácios, casas, lugares arqueológicos, entre outros, assim como os bens móveis, onde se incluem obras de arte, artefactos do passado, objetos artesanais e outros objetos de natureza móvel.

No nº 4 do mesmo artigo são, ainda, considerados Património Cultural “bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas”. Dentro dos bens imateriais, também designados por património cultural intangível, encontra-se o folclore, as festividades, os saberes práticos, as lendas, as crenças, os jogos, a gastronomia, enfim, um conjunto de modos de estar e características

que, apesar de não serem visíveis como um monumento, ilustram e caracterizam toda a cultura de uma comunidade ou grupo humano.

Bucho (2010) apresenta a seguinte visão relativamente à definição de património cultural: “Podemos dizer que o património compreende entidades tangíveis e intangíveis que detêm valores e qualidades apreciadas pelas culturas num determinado momento da sua história” (p.52).

A valorização do Património Cultural imaterial viu-se intensificada em 2003, ano em que a UNESCO organizou a “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial”, onde foi definido o conceito, nestes termos:

Entende-se por ‘património cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. (UNESCO, 2003).

Esta iniciativa visou fomentar a valorização dos bens imateriais, muitas vezes vistos de uma forma secundária, quando comparados ao património tangível. Esta convenção veio, ainda, sensibilizar para a importância da preservação de bens intangíveis que muitas vezes se perdem, à medida que a sociedade se torna cada vez mais globalizada. Rezas, cantares, expressões da oralidade, mezinhas e outros saberes tradicionais facilmente caem no esquecimento, se não forem devidamente passados às gerações vindouras, perdendo-se deste modo uma riqueza cultural imensa.

No que diz respeito ao Património Natural, em 1972, a UNESCO organizou a Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Neste encontro, foram apresentadas medidas para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, sendo explicados os diferentes tipos de Património Natural da seguinte forma:

Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;



Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO,1972).

Para além do Património Natural com reconhecimento a nível mundial pela UNESCO, Portugal apresenta lugares de grande beleza e interesse científico. Esta diversidade ecológica e paisagística poderia ser mais potenciada, quer pelas populações, quer pelas autarquias, quer mesmo pelas empresas da região, recorrendo aos profissionais de animação cultural.

Depois da breve abordagem aos conceitos de património cultural e natural importa refletir de que forma a comunidade se relaciona com os mesmos.

Numa tentativa de responder à questão que a temática suscita, podemos partir da seguinte premissa: o Património Cultural e Natural existente num território é o pilar fundamental da identidade cultural da comunidade que nele habita. Um conjunto de indivíduos passa a fazer parte de um mesmo grupo quando existem, entre todos, elos unificadores. Nesta perspetiva, podemos entender os aspetos culturais e patrimoniais como elos entre os indivíduos pertencentes a uma comunidade. Claro que num mesmo espaço territorial há, geralmente, subgrupos culturais correspondentes a vivências culturais diferentes, de acordo com as idades, as classes sociais, as etnias, os países de origem familiar. Todavia, e talvez por isso mesmo, é necessária a consciência da sua identidade comunitária. Como ser social, o Homem tem necessidade de se sentir enquadrado num determinado grupo.

Vieira (2009) afirma que “(...) a identidade corresponde a um sentimento de pertença a uma dada cultura, a um dado grupo social, a uma dada classe, e pode gerar novas formas de valorização do património e do envolvimento (...)” (p.107).

Um indivíduo, que se sente envolvido numa comunidade e que possui um sentimento de pertença em relação ao território em que está inserido, tende a valorizar aquilo que caracteriza aquela comunidade, aquele território, isto é, atribui significado àquela cultura bem como ao património material e imaterial que a compõem.

Ao existir esta valorização, maior é a facilidade em mobilizar a comunidade para a prática de dinâmicas culturais em torno do Património Cultural existente.

Consideramos que para uma verdadeira dinamização do Património Cultural e Natural, quer seja a nível das instâncias autárquicas, associativas, ou de outras entidades, é fundamental que a comunidade primeiramente conheça e reconheça o valor

existente no património local e na herança cultural dos seus ancestrais. Esta dinamização pode elevar-se a níveis superiores quando é fomentada uma participação ativa dos habitantes locais em torno do seu património.

Mas como é acionado o mecanismo da valorização do Património Cultural e Natural dentro da comunidade? Quais são os principais responsáveis pela dinamização do Património local?

Num estudo que está a ser desenvolvido no concelho da Sertã, no âmbito de uma tese de mestrado, e que visa conhecer a realidade local e as perspetivas de vários grupos etários face ao património local, foi aplicado um inquérito, em 2012, a uma turma de alunos do ensino secundário, onde se procurou saber qual a posição dos jovens acerca da valorização e dinamização do património local. Aqui, fazemos referência aos dados obtidos numa das turmas selecionadas, composta por 24 alunos, e que pertencia ao 12º ano do curso de Ciências e Tecnologia da Escola Secundária da Sertã.

Uma das questões colocadas tentava perceber qual a opinião dos alunos relativamente à postura dos habitantes locais face ao Património da freguesia da Sertã. Os resultados obtidos revelaram que 46% dos alunos inquiridos considerava que os habitantes da freguesia em estudo preservavam, dinamizavam e tinham orgulho no seu Património Cultural, 42% que os habitantes daquela freguesia tinham orgulho no Património, no entanto não o dinamizavam suficientemente e os restantes 12% que os habitantes da freguesia em estudo não conheciam o Património existente e nem estavam motivados para o adquirir. Apesar de mais de 40% considerar que os habitantes não dinamizavam o seu Património Cultural, podemos dizer que uma grande maioria (88%) reconheceu que o Património Cultural era valorizado pela comunidade.

Quando questionados sobre quais as entidades que mais dinamizavam e apoiavam atividades em torno do Património Cultural, foram obtidos os seguintes resultados: 24% dos alunos consideraram a Câmara Municipal como a entidade que mais contribuía para esta dinamização; 21% os grupos de cariz cultural (filarmónica, grupo de teatro, rancho folclórico, grupos musicais, etc.); 17% os grupos de cariz religioso (escuteiros ou grupos de jovens de paróquias); 16% as associações locais; 13% as escolas; 9% a junta de freguesia. Nenhum dos alunos assinalou as empresas como responsáveis pela dinamização e preservação do património existente. Com uma percentagem muito próxima, a Câmara Municipal (24%) e os grupos culturais locais (21%) da freguesia da Sertã têm, na opinião dos jovens, maior responsabilidade no que diz respeito às dinâmicas em torno do património local.

Apesar das autarquias assumirem frequentemente o papel de entidade que mais promove e dinamiza o Património Cultural, nem sempre isso significa que existe um envolvimento participativo do cidadão. Nesse sentido, seria importante conhecer que tipo de atividades são dinamizadas dentro do município de forma a compreender se existe, ou não, envolvimento ativo dos habitantes locais.

No que diz respeito aos grupos culturais locais, a questão não se levanta da mesma forma, pois sendo os grupos compostos por habitantes locais, depreende-se que estes têm uma participação ativa nas atividades que dinamizam. Podemos, todavia, questionar se as atividades dinamizadas levam ao envolvimento da restante comunidade ou se são restringidas apenas aos membros de cada grupo.

O questionário levantou, ainda, outras questões, de forma a diagnosticar o nível de conhecimento/desconhecimento dos alunos acerca do Património Cultural e Natural local e sobre a origem desses conhecimentos, com a finalidade de tornar perceptíveis os saberes mais valorizados e as lacunas mais evidentes e quais os principais responsáveis por essas aprendizagens (família, escola ou comunidade).

Em suma, a dinamização do Património Cultural e Natural deve assentar num profundo conhecimento, quer sobre o património e a região em que este se situa, quer sobre a população local e o modo como esta encara o património existente, de forma a desenvolver projetos de Animação Patrimonial cuja finalidade passa por promover um maior envolvimento e participação ativa dos cidadãos nas dinâmicas promovidas, podendo apostar numa rede de parcerias entre as diferentes entidades locais.

### **3-A Animação e a Educação patrimoniais, dois caminhos com finalidades complementares**

No ponto anterior, refletimos sobre a importância do envolvimento da comunidade na valorização e dinamização do seu património. Neste ponto, advoga-se a ideia de que a Animação é parte integrante da Educação Patrimonial.

De um modo geral, podemos definir educação patrimonial como a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo através do património cultural existente.

Vários autores brasileiros, desde a década de 80, têm desenvolvido estudos sobre o tema, destacando-se uma obra de referência neste processo intitulada *Guia básico da Educação Patrimonial*, na qual as suas autoras apresentam o seguinte modelo de aprendizagem centrado no Património Cultural:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Património Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspetos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta, Grumber & Monteiro, 1999).

Neste breve excerto, é possível compreender que esta valorização e a preservação da herança cultural se estendem a diferentes públicos, desde o infantil ao adulto e que estes mesmos públicos fazem parte de um mecanismo que permite não só o usufruto dos bens culturais e do património existente, como também, que o público assuma um papel ativo na própria produção de Património Cultural.

Também em Portugal se tem refletido sobre a importância do Património Cultural como instrumento promotor do desenvolvimento educativo. O Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) define o conceito deste modo:

A Educação para o Património é um processo activo, permanente e sistemático de trabalho educativo e pedagógico centrado no Património Cultural. De acordo com a actual abrangência do conceito de património, a Educação para o Património assume um âmbito de actuação cada vez mais amplo, mais integrado e mais transdisciplinar (IGESPAR, em linha).

Ao longo dos últimos anos, tem-se verificado no nosso país uma aposta crescente em atividades promovidas pelos serviços educativos de museus, ou outros equipamentos culturais que se coadunam com os objetivos da Educação Patrimonial, pretendendo atingir diferentes segmentos de público. Relativamente aos monumentos ou sítios arqueológicos, apesar de haver algumas felizes exceções, ainda muito poucos oferecem atividades de animação/educação patrimonial.

Toda esta dinâmica que se tem vindo a desenvolver em torno do Património está intimamente relacionada com processos de educação não-formal que mobilizam múltiplas atividades de animação artística (ateliers de artes plásticas, reconstrução dramática de episódios históricos, danças de época, entre muitos outros). No entanto,

para ser atendida a finalidade primordial da Educação Patrimonial, o conhecimento, a apropriação e a valorização de herança cultural, é essencial que seja levada a cabo uma Animação centrada no indivíduo e na comunidade em que este se insere. Podemos afirmar que a Animação no contexto do Património só faz sentido se for feita “para e com” a comunidade pois só deste modo se pode chegar à verdadeira essência da Animação Patrimonial.

Uma comunidade envolvida num projeto em torno do seu Património está sensibilizada para a importância da sua preservação e valorização, pois identifica esta herança que lhe foi legada pelos seus antepassados como um bem que lhe pertence e com o qual se identifica.

No âmbito da Animação Patrimonial e da Animação Artística como forma de educar a comunidade em relação à sua herança cultural, é fundamental que o animador esteja perfeitamente enquadrado no contexto em que irá desenvolver o projeto. Em Animação Comunitária o processo de responsabilização por parte da comunidade é o ponto fulcral de toda a dinâmica a ser desenvolvida. A integração da população local no desenvolvimento de um projeto de Animação em torno do seu Património pode ser a chave para o sucesso desse mesmo projeto.

### **Conclusão: Os processos de Animação Artística numa dinamização do Património local como identidade individual e coletiva**

Cabe ao animador artístico mobilizar a população de um território para a preservação e valorização do seu Património e de criar projetos de animação em que esse Património possa ser o ponto de convergência entre a comunidade e os visitantes. Da mesma forma, o animador artístico deve propor iniciativas que desenvolvam atividades de expressão/criação artística na localidade e a abertura ao contacto com outras produções nacionais e estrangeiras.

O Património Cultural vai-se construindo à medida que a história do coletivo se vai fazendo. A recreação de lendas ou de factos históricos em determinados espaços, a reinvenção de outras formas de convívio entre a população, a recriação de artes tradicionais, a reatualização de certas tradições, a proposição de rotas temáticas, a criação de novos espaços para as artes, em que cada um possa ser simultaneamente espectador e autor, são alguns dos processos em que um animador artístico pode dar o seu precioso contributo.

Da mesma importância, a organização de eventos que permitam o diálogo entre várias culturas, cursos ou oficinas de atualização artística e técnica, iniciativas que possibilitam uma abertura a outras perspetivas estéticas contemporâneas, que não só a veiculada pela cultura de massas, são outros dos processos que não enfermam o sujeito dentro dos muros do seu território e lhe alargam os horizontes e as possibilidades de intervenção no mundo. Só desta forma o Património Cultural pode ser reinventado para os dias de hoje.

O sociólogo belga Roger Deldime (1986) alerta para o papel da animação e da criação como contraponto à homogeneização cultural reinante:

(...) notre société de consommation dont les medias réduisent la création artistique à un projet commercial et provoquent une homogénéisation culturelle (nivellement par le bas et atrophie de la sensibilité) et la période de crise qu'elle traverse exacerbent la question économique en rejetant comme accessoire la question culturelle de l'animation et de la création théâtrales. Dès lors, l'animation - facteur critique de changement et la création - espace de liberté constituent d'indispensables antidotes contre la normalisation et l'uniformisation régressives (p.99).

Investir na valorização e dinamização do Património Cultural e Natural de um território, através da Animação e Educação Artísticas, é essencial para o desenvolvimento cultural e estruturação identitária dos indivíduos, ao mesmo tempo que, a nível do coletivo e tendo em consideração a sustentabilidade ecológica do território, gera riqueza cultural, social e económica, a médio e a longo prazo.

### **Referências bibliográficas**

Assembleia da República (2001). *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural*, Lei nº 107/01 de 8 de Setembro,

Bucho, Domingos (2010). *Património. Animação e Turismo*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

Deldime, Roger (1986). *Création/Animation dans le théâtre belge de langue française*. in Gourdon, A-M. (Dir.). *Animation, Théâtre et Société*. Paris: Éditions du Centre National de La Recherche Scientifique.

Horta, Maria.; Grumberg Evelina & Monteiro, Adriane (1999). *O que é afinal a Educação Patrimonial?* Recuperado em 11 de Julho de 2012. Obtido em <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco-es/patrimonio-historico/pro-memoria/o-que-e-afinal-educacao-patrimonial/>

Hughes. Howard (2005). *Artes, Entretenimento e Turismo*. São Paulo: Editora Roca.

IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) (s/d). *Aprender com o Património*. Recuperado em 11 de Julho de 2012. Obtido em <http://www.igespar.pt/pt/aprendercomopatrimonio/>

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) (1972). *Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, [http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul\\_doc.php?idd=5](http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=5)

UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, [http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul\\_doc.php?idd=5](http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=5)

Vieira, Ricardo (2009). A(s) Identidade(s) na Animação Turística: Cultura(s), Identidade(s) e Sustentabilidade Turística. In Peres & Lopes (Eds). *Animação Turística* (107-115) Chaves: APAP

Vogel, Harold L. (2004). *La industria de la cultura y el ocio*. Madrid: Fundación Autor.